

# INFORMEF

ABRIL/2019 - 1º DECÊNIO - Nº 1828 - ANO 63

## BOLETIM IMPOSTO DE RENDA/CONTABILIDADE

### ÍNDICE

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE BANCOS ISLÂMICOS DURANTE OS ANOS DE 2007 A 2017: AFINAL, O QUE ESTUDAR SOBRE BANCOS QUE NÃO COBRAM JUROS? - PROF. DR. AHMED SAMEER EL KHATIB E PROF. DR. FABIO GALLO GARCIA ----- [REF.: IR6190](#)

#### DECISÕES ADMINISTRATIVAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

- IRPJ E CSLL - LUCRO REAL - CUSTOS E DESPESAS COMPARTILHADOS - EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO - DEDUÇÃO - POSSIBILIDADE ----- [REF.: IR6192](#)  
- ATIVIDADE RURAL - IRPJ - AVICULTURA DE POSTURA - DEFINIÇÃO ----- [REF.: IR6194](#)

**INFORMEF DISTRIBUIDORA LTDA**

Rua Geraldo Menezes Soares, 435

CEP: 31.030-440 - BH - MG

TEL.: (31) 2121-8700

[www.informef.com.br](http://www.informef.com.br)

[www.facebook.com/informef](http://www.facebook.com/informef)

#IR6190#

[VOLTAR](#)

## ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE BANCOS ISLÂMICOS DURANTE OS ANOS DE 2007 A 2017: AFINAL, O QUE ESTUDAR SOBRE BANCOS QUE NÃO COBRAM JUROS?

---

PROF. DR. AHMED SAMEER EL KHATIB \*  
PROF. DR. FABIO GALLO GARCIA \*\*

---

### INTRODUÇÃO

Os bancos islâmicos tornaram-se cada vez mais significativos para o setor financeiro global nas últimas décadas. Dentro do mercado financeiro global, os bancos islâmicos se estabeleceram como alternativas competitivas com uma variedade de produtos e serviços, muitas vezes diferentes (DU-SUKI, 2008). Quarenta anos após o primeiro banco islâmico moderno abrir suas portas, ainda é difícil estimar o tamanho real desse setor em rápido crescimento (GHEE-RAERT, 2014). Estudos indicaram um crescimento anual dos ativos bancários islâmicos de 17,6% entre os anos de 2009 a 2016 (EY, 2017). Espera-se uma taxa média de crescimento de 19,7% ao ano até 2019 (EY, 2017). Muitos bancos ocidentais, como *HSBC*, *Citibank* ou o *Bank of America* estabeleceram suas próprias agências bancárias islâmicas em diferentes países (KHAN, 2010).

O objetivo dos bancos islâmicos é uma integração holística de preocupações éticas, ecológicas e sociais. Isso não inclui apenas os clientes e o público em geral, mas também deve ser estendido às indústrias envolvidas (MOHAMAD, 2014). Na prática, isso significa que as empresas que atuam como parceiras de negócios das instituições financeiras islâmicas devem ser restritas para cobrir quaisquer transações proibidas e seus modelos de negócios devem estar em harmonia com as metas sociais, éticas e ecológicas da *Sharia* (MOHAMAD, 2014).

A recente crise financeira global e a demanda associada por alternativas sustentáveis, em comparação com o sistema bancário convencional, explicam e sustentam as enormes taxas de crescimento mencionadas anteriormente. As regras éticas e morais, bem como a suposta consciência de maior risco, tornam o sistema bancário islâmico uma boa alternativa. não apenas nos países muçulmanos, mas também é uma alternativa financeira emergente em muitos países ocidentais (JAWA-DI; LOUCHICHI, 2014). No entanto, não apenas o lado da demanda mudou, mas as próprias instituições estabeleceram várias ações para tornar o sistema financeiro islâmico mais atraente em países não muçulmanos (RETHEL, 2011). No entanto, poucas pessoas têm conhecimento do pano de fundo dessa indústria em rápido crescimento (AHMED, 2010). Um grande desafio no mundo ocidental, em particular, é o contínuo ceticismo em relação à incorporação de questões religiosas na economia (FANG; FOUCART, 2013). A literatura atual confirma essa visão, pois uma forte polarização entre os apoiadores e os céticos pode ser reconhecida, o que torna difícil obter uma visão objetiva do sistema bancário e das finanças islâmicas por meio de pesquisa bibliográfica. Apesar da relevância deste tema, poucos artigos foram publicados nos principais periódicos nacionais e internacionais (KHATIB, 2013; ABDEL-SALAM, 2014).

Dessa forma, o objetivo principal deste artigo é proceder a uma revisão sistemática da literatura sobre finanças e serviços bancários islâmicos, tendo como objetivos específicos os pontos a seguir:

- 1) Entender o estado atual da pesquisa acadêmica sobre bancos islâmicos.
- 2) Avaliar até que ponto o sistema bancário islâmico poderia ser considerado uma alternativa ética.
- 3) Destacar quais seriam as áreas importantes para pesquisas futuras no Brasil.

De modo geral, a investigação que deu origem ao presente artigo se justifica em função de três importantes fatores: (i) o contexto atual, no que se refere à importância de se incorporar elementos éticos e morais na estrutura de incentivos dos mercados financeiros; (ii) a forte expansão das finanças islâmicas verificada nos últimos anos, que há muito não se limitam a países e pessoas muçulmanas; e (iii) os benefícios que podem decorrer da investigação acadêmica das práticas financeiras islâmicas, a partir da identificação de temas amplamente pesquisados no exterior.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Finanças Islâmicas

Segundo Khan (2010, p. 12), as principais características dos produtos de Finanças Islâmicas, de acordo com a *Sharia* são: (i) proibição de cobrança de juros em suas operações; (ii) proibição de negócios que envolvam álcool, carne suína, jogatina e pornografia; (iii) proibição de qualquer forma de atividade econômica que seja social ou moralmente prejudicial; (iv) indivíduos e instituições islâmicas têm obrigação em contribuir com parte de sua riqueza para os setores mais necessitados da população; (v) nenhuma forma de investimento especulativo é permitida; (vi) sistema é baseado em ativos, com ativos fixos e *commodities* no seu cerne e; (vii) não há a figura do credor e devedor, mas de compradores e vendedores. Segundo Haqiqi e Pomeranz (1987), o objetivo básico da *Sharia* é assegurar o bem-estar geral e a justiça socioeconômica, pois toda a riqueza do mundo pertence a Alá sendo que os seres humanos são apenas servos responsáveis por esta riqueza, seguindo o princípio de que

nenhuma pessoa pode reclamar para si mesmo o que é basicamente a criação de Alá ou o produto dos esforços e habilidades de outro homem.

Diferentemente da visão ocidental, nas economias islâmicas, as pessoas não têm o direito absoluto e incondicional sobre sua riqueza, sendo meros agentes, que devem seguir as instruções do Criador. Assim, a maximização dos lucros não é o objetivo principal em economias islâmicas. Uma consequência deste raciocínio é de que a riqueza não deve estar concentrada nas mãos de poucos, mas, sim deve circular por toda a população, inclusive aos oprimidos socialmente, por meio do *zakat*. As finanças islâmicas não são um fenômeno temporário e dão sinais que continuarão a crescer e a expandir (ARIFF; 1988; EY, 2018). Os motivos para o sucesso e disseminação estão em suas diferenças para os bancos convencionais. Karim (2001) destaca que a maioria dos bancos islâmicos desempenham duas funções básicas, chamadas administração de investimentos e de banco comercial. Diferentemente dos bancos comerciais tradicionais, os bancos islâmicos não pagam ou recebem dinheiro em empréstimos obtidos ou dados. Isso porque a *Sharia* proíbe estritamente, entre outras coisas, o recebimento e pagamento da *riba* (juros). Então, bancos islâmicos não podem adquirir ou emitir valores mobiliários que rendam juros, como títulos públicos ou privados.

Bancos islâmicos, e até mesmo as filiais instaladas nos países ocidentais, diferem dos bancos convencionais sob diversas perspectivas. A diferença mais importante pode ser vista na proibição dos juros ou da *riba* no Islamismo, que não permite aos bancos islâmicos aceitarem que seus clientes tenham pagamentos de juros fixos para seus depósitos ou cobrem juros sobre empréstimos (CHONG; LIU, 2009). A lei islâmica, ao contrário, apoia a teoria de que as transações financeiras devem ser fundamentadas em um princípio de participação nos lucros e perdas (UPPAL; MANGLA, 2014). Além disso, o mais importante é que uma transação econômica envolvendo um ativo real apoie todas as transações financeiras (BECK; DEMIRGÜÇ; KUNT; MERROUCHE, 2013). Essa abordagem desencadeia discussões sobre o perfil de risco e a relação custo e a eficácia dos bancos islâmicos. A partilha de risco entre as partes envolvidas (mutuário, investidor e banco) leva a uma menor especulação e ao desenvolvimento de instrumentos financeiros de baixo risco (JAWADI; LOUCHI, 2014). Ao vincular os participantes, não é possível, por exemplo, conceder empréstimos que não sejam necessários para uma transação real. Assim, o crescimento do crédito está diretamente ligado ao crescimento econômico real dos bancos islâmicos (AHMED, 2010).

## 2.2 Bases doutrinárias das Finanças Islâmicas

As religiões constroem o corpo para a compreensão das pessoas sobre o que é considerado certo ou errado. Os valores subjacentes da religião são frequentemente a base para o comportamento ético (PARBOTEEAH; HOEGL; CULLEN, 2007). Como o modelo de negócios dos bancos islâmicos se baseia na lei islâmica, a *Sharia*, que retrata os ideais religiosos, é frequentemente vista como tendo sua própria identidade ética. Dessa forma, temos como resultado o fato de que os princípios da *Sharia* foram criados não apenas para promover a espiritualidade religiosa, mas também para encorajar o bem-estar social e a justiça (HANIFFA; HUDAIB, 2007). Os bancos islâmicos, por exemplo, também incentivam metas sociais, como doações por razões de caridade, bem como empréstimos benevolentes para pessoas socialmente desfavorecidas (HANIFFA; HUDAIB, 2007).

Diversos ensinamentos sobre finanças e economia estão presentes no Corão. Trata-se de um compêndio de valores, princípios, valores, guias e regras que servem de base para um desenvolvimento apropriado do sistema econômico e financeiro do mundo islâmico. Os valores positivos discutidos no Corão incluem: justiça, honestidade, moderação e bondade aos menos favorecidos, enquanto a injustiça, avareza, extravagância, miséria e acumulação são consideradas como valores negativos e encontradas em nossa sociedade atualmente. Diante disso, existem duas bases doutrinárias primárias nas finanças islâmicas: o Corão e a Lei Islâmica (*Sharia*).

## 3. METODOLOGIA

Foi realizada uma análise aprofundada dos artigos de periódicos considerando os seguintes temas: i) Fundamentos e História das Finanças Islâmicas; ii) Ética e Sustentabilidade; iii) Risco nas Finanças Islâmicas; iv) Instrumentos Financeiros Islâmicos; e v) Coexistência de bancos islâmicos e bancos convencionais.

Para dividir os artigos analisados em categorias centrais, a codificação foi primeiramente realizada com base em títulos e resumos. A codificação torna mais fácil para o pesquisador resumir e estruturar os dados disponíveis com o risco de negligenciar as relações entre as diferentes categorias (DEN-ZIN; LINCOLN, 2011). Após o estabelecimento de cinco tópicos centrais de pesquisa, foram categorizados os artigos com base em seu conteúdo. A fim de definir tópicos de pesquisa atuais, bem como questões futuras relevantes, uma codificação adicional foi usada em passagens de texto dentro dos artigos. Dependendo do número de autores que já estão trabalhando em um determinado tópico, o alcance geográfico da pesquisa, bem como os métodos de pesquisa usados no progresso, o estado e a relevância são divididos em várias faixas (estado da pesquisa atual: maduro-intermediário-nascente/relevância para pesquisas futuras: alta, média e baixa) dentro da revisão de literatura.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se, inicialmente, a pesquisa bibliográfica para se obter maior conhecimento sobre bancos islâmicos e a organização de seus diversos temas de estudo, assim como sobre a bibliometria e sua aplicação para a identificação das características de trabalhos científicos publicados. Na sequência, utilizou-se a análise bibliométrica para a coleta e o tratamento dos dados oriundos dos artigos científicos selecionados. A abordagem para a análise e apresentação dos dados foi quantitativa.

Para a análise bibliométrica foram selecionados como indicadores a quantidade de artigos publicados por ano, os gêneros e as titulações dos autores, a quantidade de autores por artigo (coautorias), a filiação acadêmica e a localização geográfica de tais instituições educacionais, a identificação dos autores que mais publicaram artigos na revista, no período analisado e as temáticas da área de finanças mais abordadas.

A análise sistêmica constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Por meio dessa análise, conduziram-se as descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas (MORAES, 1999). No mesmo contexto, descrever a história da análise de conteúdo é essencialmente seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos, observando, posteriormente, como os materiais foram aperfeiçoados (BAR-DIN, 2009). A análise sistêmica (de conteúdo) é um instrumento de construção de conhecimento, pois evidência o resultado objetivado na pesquisa, permitindo ao pesquisador conhecer o estado da arte do tema desejado, que, neste estudo, tem como foco as finanças islâmicas.

Este estudo utilizou como instrumento de pesquisa o *ProKnow-C (Knowledge Development Process-Constructivist)* proposto por Ensslin *et al.* (2010), o qual foi adaptado para a realização da presente pesquisa. Esse instrumento foi utilizado em estudos precedentes por vários autores (AFONSO *et al.*, 2012; BORTOLUZZI *et al.*, 2011). Esse processo constitui uma metodologia de construção de conhecimento, estruturado em três etapas: (i) seleção do portfólio bibliográfico que proporcionará a revisão da literatura; (ii) análise bibliométrica do portfólio bibliográfico e; (iii) análise sistêmica do portfólio bibliográfico.

Apesar da existência de muitos artigos recentes disponíveis sobre o sistema bancário islâmico, que ainda é considerado uma área de pesquisa nascente, os tópicos pesquisados não são agrupados e ainda não foram verificados quanto à relevância. Portanto, será realizada uma revisão sistemática da literatura para definir tópicos atuais de pesquisa e, posteriormente, derivar futuras proposições de pesquisa. Para esse propósito, é utilizada a lista da *Association of Business Schools (ABS)* (Tabela 1).

**Tabela 1 - Lista de periódicos revisados**

Nome do Periódico	ISSN	Número de Artigos	ABS 4th*
<i>Journal of Business Ethics</i>	0167-4544	6	SIM
<i>Journal of Economic Behaviour &amp; Organisation</i>	0167-4544	5	SIM
<i>International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management</i>	1753-8394	4	NÃO
<i>Pacific-Basin Finance Journal</i>	0927-538X	4	SIM
<i>Journal of Banking &amp; Finance</i>	0378-4266	2	SIM
<i>Managerial Finance</i>	0307-4358	2	SIM
<i>Qualitative Research in Financial Markets</i>	1755-4179	2	NÃO
<i>Review of Financial Economics</i>	1058-3300	2	SIM
<i>Review of International Political Economy</i>	0969-2290	2	SIM
<i>Corporate Governance: The international journal of business in society</i>	1472-0701	2	SIM
<i>American Journal of Social and Management Sciences</i>	2156-1559	1	NÃO
<i>Applied Economics</i>	0003-6846	1	SIM
<i>Humanomics</i>	0828-8666	1	NÃO
<i>International Journal of Bank Marketing</i>	0265-2323	1	SIM
<i>International Journal of Business and Social Science</i>	2219-6021	1	NÃO
<i>International Journal of Islamic and Civilizational Studies</i>	2289-8204	1	NÃO
<i>International Journal of Humanities and Social Science</i>	2221-0989	1	NÃO
<i>International Journal of Social Economics</i>	0306-8293	1	SIM
<i>Journal of Comparative Economics</i>	0147-5967	1	SIM
<i>Journal of Emerging Economies and Islamic Research</i>	2289-2559	1	NÃO
<i>Journal of Finance and Bank Management</i>	0022-1082	1	SIM
<i>Journal of Finance Issues</i>	1540-6261	1	NÃO
<i>Journal of International Economics</i>	0022-1996	1	SIM
<i>Journal of Islamic Economics</i>	2070-4658	1	NÃO
<i>Journal of Islamic Marketing</i>	1579-0833	1	NÃO
<i>Journal of Management Development</i>	0262-1711	1	SIM
<i>Journal of Risk Finance</i>	1526-5943	1	SIM

Quarterly Review of Economics and Finance	1062-9769	1	SIM
---	-----------	---	-----

\* Academic Journal Quality Guide Version 4 publicado pela ABS - Associação de Escolas de Negócios.

Fonte: autores, (2018).

Foram identificados cinco tópicos centrais como mais relevantes em relação ao setor bancário e às finanças islâmicas, listados na Tabela 2.

**Tabela 2 - Tópicos de Pesquisa**

	Fundamentos e História	Ética e Sustentabilidade	Riscos em Finanças Islâmicas	Instrumentos Financeiros	Coexistência entre bancos islâmicos e ocidentais
<b>PALAVRAS CHAVE</b>	Transações Proibidas	Preocupação Social com o Cliente	Participação no Capital	Sukuks versus Bonds Convencionais	Diretrizes Regulatórias
	Compliance com a Sharia	Ética e Maximização do Lucro	Capitalização do Sistema Bancário Islâmico	Empréstimos nos Bancos Islâmicos	Produtos Diferentes
	Sem Juros ou com Juros	Excesso de Juros (Riba)	Risco Sharia	Instrumentos Diferentes	Crise Financeira Internacional
	Razões Históricas	RSC nos Bancos Islâmicos	Qualidade dos Ativos	Funcionalidade dos Instrumentos	Rápido Crescimento

Fonte: autores (2018).

Para o propósito de uma melhor estrutura na revisão da literatura, a codificação foi utilizada nos artigos pesquisados. Dessa forma, foi possível identificar cinco tópicos centrais conforme descrito na Tabela 2.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

##### 4.1 Fundamentos e História

Em resumo, pode-se afirmar que, além da explicação geral dos fundamentos do sistema bancário islâmico, a proibição de juros é uma das questões mais discutidas na pesquisa atual. Autores discordam sobre como a *riba*, conceituada no Corão, deve ser definida. Malik *et al.* (2011), por exemplo, mostram que alguns muçulmanos não estão convencidos da proibição geral dos juros, enquanto a maioria dos estudiosos muçulmanos considera o princípio da proibição de juros como certo (MALIK *et al.*, 2011; SOUAIAIA, 2014).

A Tabela 3 resumirá futuras proposições de pesquisa, a fim de sublinhar a importância dos tópicos discutidos anteriormente.

**Tabela 3 - Tópicos atuais de pesquisa: Fundamentos e História**

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Status dos juros ( <i>riba</i> ) nos Bancos Islâmicos	Ghannadian e Goswami (2004) Perry e Rehman (2011) Malik <i>et al.</i> (2011) Souaiaia (2014) Mallin <i>et al.</i> (2014)	+++
Cumprimento das regras da <i>Sharia</i>	Ghannadian e Goswami (2004) Haniffa e Hudaib (2007) Khan (2010) Malik <i>et al.</i> (2011) Mallin <i>et al.</i> (2014) Beck <i>et al.</i> (2013) Hamza (2013) Gheeraert (2014) Jawadi (2014)	++
Possibilidades de Auditoria	Perry e Rehman (2011) Hamza (2013) Azmat <i>et al.</i> (2014) Ginena (2014) Mohamad (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018).

Pesquisas adicionais concentram-se, principalmente, na honestidade das instituições bancárias islâmicas e no cumprimento das regras da *Sharia* (HANIFFA; HU-DAIB, 2007; KHAN, 2010; HAMZA, 2013). Perry e Rehman (2011), em suas pesquisas, encontraram uma variedade de conselhos e concluíram que suas decisões não são uniformes em relação à conformidade da *Sharia* de produtos financeiros, o que torna necessário unificar o marco regulatório em todo o mundo, e trabalhar com um conselho de supervisão independente internacional (PERRY; REHMAN, 2011; AZMAT *et al.*, 2014). Para pesquisas futuras, nessa linha de pensamento, foram encontradas as seguintes oportunidades, apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4 - Tópicos atuais de pesquisa: oportunidades**

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Diminuição das diferenças legais entre os conselhos regulatórios dos países.	Perry e Rehman (2011) Azmat <i>et al.</i> (2014)	+++
Implantação de um Conselho Internacional de Supervisão da <i>Sharia</i>	Perry e Rehman (2011) Azmat <i>et al.</i> (2014)	+++
Cumprimento das regras da Basiléia	Lahrech <i>et al.</i> (2014)	++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

#### 4.2 Ética e Sustentabilidade

As religiões definem o corpo para a compreensão do que é certo ou errado e ensinam às pessoas valores que, muitas vezes, são responsáveis por seu comportamento ético (PARBOTEEAH *et al.*, 2007). Cada indivíduo define seus próprios princípios morais que distinguem entre o que é certo ou errado. No entanto, há sempre uma opinião geral sobre como algo deve ocorrer (HOSSAN; CHOW-DHURY, 2011). Quando se fala de ética nos negócios ou no setor financeiro, em particular palavras-chave, como verdade e justiça, são mencionadas no contexto de concorrência, responsabilidade social ou comportamento corporativo, por exemplo (HOSSAN; CHOW-DHURY, 2011).

Um número crescente de investidores integra questões sociais e ambientais ao tomar decisões financeiras (RICHARDSON, 2008). Geralmente, as pessoas não acreditam nas intenções das políticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) de várias instituições e veem principalmente os esforços de RSC como parte de uma estratégia de *marketing* (PAULET; PARNAUDEAU; RELANO, 2014), quando na verdade deveriam tratar de investimentos e financiamentos que visam criar bem-estar social e justiça à sociedade (MOHAMAD, 2014). Alguns bancos previram esse desenvolvimento e voltaram a focar no *core business* do setor. Esses chamados bancos éticos surgiram, pela primeira vez, na década de 1980 e se concentram na coleta de poupança e na distribuição de créditos para alavancar obras de infraestrutura (PAULET *et al.*, 2014). Os bancos éticos também analisam as metas sociais e ambientais de seus parceiros de negócios e baseiam sua decisão sobre financiar, ou não, um projeto por meio da consideração da meta subjacente em termos de sua estrutura social e ambiental (PAULET, 2011).

Intimamente ligada aos temas de cumprimento da *Sharia* mencionados anteriormente, a literatura atual examina a questão de se a ética e a justiça realmente têm esse alto significado nos serviços bancários islâmicos ou se a eficiência de custos e a maximização do lucro desempenham o papel principal dentro do setor (KHAN, 2010).

Tabela 5 resume os atuais tópicos de pesquisa ligados à ética e sustentabilidade no sistema bancário islâmico.

**Tabela 5 - Tópicos atuais de pesquisa: Ética e Sustentabilidade**

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Crise Financeira Internacional e Alteração no comportamento dos Clientes	Dusuki e Abdullah (2007) Dusuki (2008) Richardson (2008) Ahmed (2010) Masood <i>et al.</i> (2012) Mohamad (2014) Paulet <i>et al.</i> (2014) Abdelsalam <i>et al.</i> (2014) Mallin (2014)	+++

RSC e ética no Setor Financeiro	Haniffa e Hudaib (2007) Dusuki (2008) Hossan e Chowdhury (2011) Mallin (2014) Paulet <i>et al.</i> (2014)	+
Ética versus maximização dos lucros	Khan (2010) Uppal e Mangla (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018).

Pode-se resumir que os incidentes dos últimos anos, especialmente relacionados aos da Crise Financeira Internacional de 2007/2008, forçaram os investidores a mudar seu comportamento e pensar sobre ética e sustentabilidade também em relação às decisões bancárias e financeiras (PAULET *et al.*, 2014). Nesse contexto, os bancos islâmicos também se aplicam como uma alternativa atraente aos não muçulmanos (DUSUKI, 2008). Não só Khan, mas também Uppal e Mangla mostram, em sua pesquisa, que se a crescente competição no setor está afastando os bancos islâmicos do cumprimento das regras da *Sharia* para uma estratégia de maximização do lucro está sendo questionada cada vez mais (KHAN, 2010; UPPAL; MANGLA, 2014). Como os ensinamentos do Alcorão consideram a justiça e o bem-estar social como os mais importantes, os futuros tópicos de pesquisa sobre ética e sustentabilidade andam de mãos dadas com os temas fundamentais da pesquisa. Os autores citados veem o cumprimento genuíno das regras da *Sharia*, não apenas para atrair potenciais clientes, como o objetivo mais importante para perseguir os objetivos éticos do sistema bancário islâmico. Além disso, é necessário investigar como o rápido crescimento desse segmento afeta o foco na maximização do lucro.

A Tabela 6 apresenta oportunidades nessa linha de pesquisa, considerando sua relevância.

**Tabela 6 - Futuros tópicos de pesquisa: Ética e Sustentabilidade**

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Conformidade com as Regras da Sharia	Dusuki e Abdullah (2007) Richardson (2008) Dusuki (2008) Ahmed (2010) Khan (2010) Masood <i>et al.</i> (2012) Abdelsalam <i>et al.</i> (2014) Mallin (2014) Mohamad (2014) Paulet <i>et al.</i> (2014) Uppal e Mangla (2014)	+++
Ética versus maximização dos lucros em mercados crescentes	Khan (2010) Uppal e Mangla (2014)	++
Harmonização da ética com o desempenho dos produtos oferecidos	Khan (2010) Uppal e Mangla (2014)	++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

### 4.3 Risco nas Finanças Islâmicas

Em teoria, devido à natureza pretendida de compartilhamento de lucros e perdas dos contratos de financiamento islâmico, os lucros só podem ser obtidos se uma parte do risco for assumida por todas as partes envolvidas (KHAN, 2010). Em cada projeto, o risco é compartilhado entre o investidor e o empreendedor, o que significa que, se um projeto é bem-sucedido, as partes envolvidas compartilham o lucro e as perdas do empreendimento (AZMAT *et al.*, 2014). Infelizmente, há uma queda constante no uso de instrumentos de participação nos lucros e perdas (PLS) dos bancos islâmicos. Khan e Bhatti (2008) argumentam que os formuladores de políticas em bancos islâmicos veem empréstimos ruins, potencial de alto risco e previsões de lucros excessivamente otimistas em seus projetos financiados. Além disso, a falta de padrões e as altas despesas de execução e monitoramento podem ser vistas. Além disso, os bancos temem que os poupadores retirem, instantaneamente, seus depósitos assim que a PLS for introduzida (KHAN; BHATTI, 2008). Contudo, embora os requisitos regulatórios devam ser cumpridos, os bancos islâmicos não têm o mesmo grau de padronização e ferramentas de gerenciamento de risco que os bancos convencionais (EL-HAWARY; GRAIS; IQBAL, 2007). Assim, os bancos islâmicos estão, na verdade, mais ligados a um sistema de transferência de riscos, como seus

equivalentes convencionais, do que a um sistema de compartilhamento de risco compatível com a *Sharia* (IBRAHIM; MIRAKHOR, 2014). Para fomentar a pesquisa teórica e empírica mais “islâmica” sobre as possibilidades de uso do PLS, parece ser cada vez mais importante no futuro a exploração desse modelo de compartilhamento de ganhos e perdas (AZMAT *et al.*, 2015).

Embora o risco de falência e o risco de crédito possam ser reduzidos devido à adoção de instrumentos de participação nos lucros e perdas, há um conjunto de riscos únicos que também devem ser levados em conta (UPPAL; MANGLA, 2014). Relacionado a isso, outro paradoxo interessante pode ser encontrado na literatura atual. Perry e Rehman (2011) criticam fortemente a má capitalização dos bancos islâmicos ao conduzir sua revisão de literatura sobre a globalização das finanças islâmicas. Seguindo em sentido oposto, um estudo quantitativo realizado por Beck *et al.* (2013) revela que os bancos islâmicos têm melhor capitalização e melhor qualidade de ativos do que seus equivalentes convencionais, o que é marcado como positivo, enquanto que um grande risco está em combinar diferentes maturidades. Os ativos islâmicos são geralmente de vencimento de longo prazo, enquanto os passivos são, em sua maioria, de curto prazo, o que cria um risco contínuo de liquidez para lidar esse desequilíbrio (MALIK *et al.*, 2011; PALDI, 2014). Um estudo publicado por Ginena (2014) aponta que o chamado risco *Sharia* também pode comprometer fortemente a eficiência de um banco islâmico.

O uso de instrumentos de *hedge* nas finanças islâmicas representa uma área de pesquisa embrionária. Devido ao fato de que esses instrumentos financeiros possuem elementos de risco (*gharar*) envolvidos, eles são tradicionalmente proibidos nos bancos islâmicos (SIDDIQUI, 2008). Ao contrário dos bancos tradicionais, os instrumentos de cobertura islâmica são usados para mitigar riscos reais e não para questões de especulação. Por essa razão, eles não são comercializáveis como derivativos convencionais (MOHA-MAD *et al.*, 2014). Mohamad *et al.* (2014) revelaram dois grandes desafios na cobertura islâmica: como a especulação é proibida pelos princípios da *Sharia* e os instrumentos de cobertura têm que cumprir esses princípios, há possibilidades limitadas de cobertura nos serviços bancários islâmicos. Em segundo lugar, as instituições bancárias islâmicas têm de ser capazes de fornecer soluções alternativas de cobertura para os seus clientes. O desafio, portanto, está no desenvolvimento de novos instrumentos de *hedge* para atender os riscos nas operações financeiras islâmicas (MOHAMAD *et al.*, 2014). A Tabela 7 apresenta os temas atuais em riscos nas finanças islâmicas.

**Tabela 7 - Tópicos atuais de pesquisa: Risco nas Finanças Islâmicas**

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Compartilhamento dos riscos o sistema bancário islâmico	El-Hawary <i>et al.</i> (2007) Khan e Batti (2008) Ibrahim e Khan (2010) Mirakhor (2014) Azmat <i>et al.</i> (2014) Azmat <i>et al.</i> (2015)	++
Tipos de riscos (risco de liquidez, risco operacional, risco de <i>Sharia</i> ).	Malik <i>et al.</i> (2011) Perry e Rehman (2011) Beck <i>et al.</i> (2013) Ginena (2014) Paldi (2014) Uppal e Mangla (2014)	++
Hedge nas Finanças Islâmicas	Siddiqui (2008) Mohamad <i>et al.</i> (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018).

Embora a *Sharia* prescreva participação nos lucros e perdas no sistema bancário islâmico, os instrumentos PLS são usados de forma decrescente pela maioria dos bancos islâmicos. Como Khan e Bhatti apontaram em sua pesquisa, isso resulta principalmente dos riscos e despesas cobertos pelo uso do PLS (KHAN; BHATTI, 2008). No futuro, portanto, será importante conduzir pesquisas intensas nessa área. Como Ibrahim e Mirakhor (2014) afirmam em seu artigo, isso é necessário para trazer os bancos islâmicos de um sistema de transferência de risco para um sistema de compartilhamento de lucros e perdas compatível com a *Sharia*.

Como descrito anteriormente, a cobertura dos riscos islâmicos será uma importante área de pesquisa no futuro, uma vez que é uma área nascente atualmente. Mohamad *et al.* (2014) enfatizam que essa importância se deve principalmente às possibilidades limitadas de cobertura nos bancos islâmicos, já que todo tipo de especulação é proibida. Por conseguinte, será importante gerar novas ideias para poder oferecer soluções alternativas de cobertura para os clientes bancários islâmicos.

A Tabela 8 apresenta alguns temas importantes a serem estudados no futuro com respeito aos riscos nas finanças islâmicas.

Tabela 8 - Tópicos futuros de pesquisa: Risco nas Finanças Islâmicas

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Da transferência do risco ao compartilhamento real do risco	El-Hawary et al. (2007) Khan e Batti (2008) Khan (2010) Azmat et al. (2014) Ibrahim e Mirakhor (2014) Azmat et al. (2015)	+++
Conformidade da gestão de risco com os equisitos da Sharia e dos órgãos reguladores islâmicos	Siddiqui (2008) Khan (2010) Beck et al. (2013) Ginena (2014) Ibrahim e Mirakhor(2014)	++
Ferramentas islâmicas de hedge	Siddiqui (2008) Mohamad et al. (2014)	+++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

#### 4.4 Instrumentos Financeiros Islâmicos

Os instrumentos financeiros islâmicos são uma questão amplamente discutida devido aos princípios subjacentes da proibição de juros (*riba*), bem como a proibição do risco (*gharar*) e do jogo (*maysir*) (SIDDIQUI, 2008). Devido à variedade de instrumentos financeiros no sistema bancário islâmico, apenas uma pequena parte é discutida nesta seção do artigo.

Os tópicos mais relevantes atualmente lidam com o lado do financiamento da dívida nos bancos islâmicos. Uma vez que a banca islâmica é baseada no princípio da partilha de lucros e perdas, os modos de financiamento típicos em teoria são, por exemplo, *Musharakah* e *Mudarabah* (CHONG; LIU, 2009). Enquanto *Musharakah* implica compartilhamento completo de lucros e perdas, o *Mudarabah* é baseado apenas em participação nos lucros (SHAMSUDIN et al., 2014). No *Mudarabah*, o banco fornece todo o capital e está financeiramente envolvido no sucesso de todo o projeto (CHONG; LIU, 2009). Uppal e Mangla (2014) examinam a estrutura de ativos dos bancos islâmicos e convencionais na região do Oriente Médio e Norte da África (Mena) nos anos de 2006 a 2010 e demonstram em seu artigo que quase nenhum financiamento de PLS é praticado em bancos islâmicos no período analisado. A forma de financiamento mais utilizada é o *Murabaha*. Na *Murabaha*, o banco possui o produto financiado, que é então transferido para o cliente. O banco, portanto, assume o risco total por um curto período de tempo (RETHEL, 2011). A estrutura do *Sukuk* é comparável aos títulos convencionais, com a diferença de que o *Sukuk* tem que ser estritamente colocado no mercado em conformidade com os princípios da *Sharia*. Godlewski et al. (2013) definem três critérios para que a *Sukuk* seja compatível com a *Sharia*: (1) lastro em ativos tangíveis; (2) os investidores devem receber pagamentos de lucros após impostos e; (3) o valor de resgate deve corresponder ao preço de mercado real e não o valor investido (GODLEWSKI et al., 2013). De acordo com esses critérios, os autores concordam que há uma notável falta de conformidade com a *Sharia*, porque pelo menos um desses princípios é violado na maioria das vezes (MALIK et al., 2011; GODLEWSKI et al., 2013; AZMAT et al., 2014).

Em sentido oposto, os títulos convencionais parecem ter mais sucesso em períodos calmos (JAWADI, 2014). Godlewski et al. (2013) pesquisaram sobre a emissão de títulos *Sukuk* e convencionais, nos anos de 2002 a 2009, e afirmam que as questões da *Sukuk* desencadeiam reações negativas do mercado. A Tabela 9 resume com precisão os temas atuais de pesquisa sobre instrumentos financeiros no sistema bancário islâmico, conforme discutido anteriormente; e a Tabela 10 apresenta as sugestões de tópicos futuros de pesquisa.

Tabela 9 - Tópicos atuais de pesquisa:  
Instrumentos Financeiros Islâmicos

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
financing structure of Islamic banks	Siddiqui (2008) Chong e Liu (2009) Rethel (2011) Godlewski et al. (2013) Azmat et al. (2014) Shamsudin et al. (2014) Uppal & Mangla (2014)	+++

bond compliance	Malik <i>et al.</i> (2011) Godlewski <i>et al.</i> (2013) Azmat <i>et al.</i> (2014)	++
Sukuk performance	Godlewski <i>et al.</i> (2013) Jawadi (2014)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018)

**Tabela 10 - Tópicos futuros de pesquisa: Instrumentos Financeiros Islâmicos**

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Implementação de PLS e instrumentos de longo prazo	Siddiqui (2008) Chong e Liu (2009) Rethel (2011) Godlewski <i>et al.</i> (2013) Azmat <i>et al.</i> (2014) Shamsudin <i>et al.</i> (2014) Uppal e Mangla (2014)	+++
Melhoria da reputação (por exemplo, dos <i>Sukuks</i> )	Godlewski <i>et al.</i> (2013) Jawadi (2014)	+
Derivativos em IFIs	Siddiqui (2008) Mohamad <i>et al.</i> (2014)	+++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

Resumindo essa seção, o cumprimento da *Sharia* é uma questão importante quando se olha para pesquisas atuais sobre instrumentos financeiros islâmicos. Como já mencionado, os instrumentos de participação nos lucros e perdas representam apenas uma parte muito pequena do financiamento e do investimento dos bancos islâmicos. Por exemplo, o financiamento de *Murabaha* é criticado por Shamsudin *et al.* (2014), porque é baseado em juros, embora a *Sharia* proíba a *riba* e, portanto, os riscos operacionais também ocorram para os bancos islâmicos. No lado do investimento, os títulos islâmicos, chamados *Sukuk*, são criticados também pelo cumprimento da *Sharia* e pelo uso da PLS (GODLEWSKI *et al.*, 2013). Devido ao fato de que os investidores veem o *Sukuk* negativamente porque vinculam as empresas menos saudáveis com a emissão do *Sukuk*. Como o estudo de Godlewski *et al.* (2013) revelou, é importante fazer mais pesquisas sobre o desempenho *Sukuk* para lançar luz sobre as incertezas dos clientes potenciais. No entanto, não apenas os instrumentos de financiamento e investimento precisam ser revisados para cumprir os padrões da *Sharia*.

#### 4.5 Coexistência entre Bancos Islâmicos e Bancos Convencionais

A recente crise financeira foi um desafio global e testou a resiliência do setor bancário como um todo (BOURKHIS; NABI, 2013). Beck *et al.* (2013) analisaram empiricamente o modelo de negócios, eficiência e estabilidade dos bancos islâmicos e convencionais, descobriram em seu estudo que, devido a uma melhor capitalização e maior qualidade dos ativos, os bancos islâmicos superaram os bancos convencionais em termos de crise. Chong e Liu (2009), que pesquisaram o sistema bancário islâmico na Malásia, apoiam essa visão e argumentam que os instrumentos de compartilhamento de risco e de PLS ajudam os bancos islâmicos a absorver melhor os choques do que os convencionais. O problema do excesso de liquidez, que parece ser devido aos instrumentos financeiros usados pelos bancos islâmicos, também apóia a visão de que os bancos islâmicos melhoraram o desempenho em períodos de crise. Por esse excesso de liquidez originalmente negativo, os choques podem ser mais facilmente interceptados (KHAN; BHATTI, 2008). Resumindo, os tópicos discutidos sobre a coexistência de bancos islâmicos e convencionais, e os tópicos atuais de pesquisa podem ser categorizados conforme apresentado na Tabela 11.

**Tabela 11 - Tópicos atuais de pesquisa: Coexistência entre Bancos Islâmicos e Bancos Convencionais**

Principais tópicos identificados	Autores	Estágio*
Desempenho em momentos econômicos diferentes	Khan e Bhatti (2008) Chong e Liu (2009) Khan (2010) Bourkhis e Nabi (2013) Johnes <i>et al.</i> (2014)	+++

Sistema bancário dualista	Hassan <i>et al.</i> (2008) Chong e Liu (2009) Mansour <i>et al.</i> (2010) Ariss (2010) Malik <i>et al.</i> (2011) Fang e Foucart (2013) Abedifar <i>et al.</i> (2014) Gheeraert (2014) Uppal e Mangla (2014)	++
Bancos Islâmicos na Europa	Khan e Bhatti (2008) Mansour <i>et al.</i> (2010) Perry e Rehman (2011) Di Mauro <i>et al.</i> (2013)	+

\* Estágio: +++ maduro / ++ intermediário / + embrionário.

Fonte: autores (2018)

Holisticamente, as pesquisas atuais sobre a coexistência do sistema bancário islâmico e convencional enfocam as semelhanças e diferenças entre os dois setores. As questões testadas são principalmente a eficiência e estabilidade, bem como a qualidade dos ativos dos bancos islâmicos e convencionais em diferentes períodos econômicos. Apesar da maior qualidade de ativos e liquidez confirmada dos bancos islâmicos, os autores discordam sobre qual modelo é mais resistente à crise (BECK *et al.*, 2013). A competição dentro do setor bancário islâmico e entre os bancos islâmicos e convencionais está crescendo, à medida que os bancos internacionais veem o potencial de lucro devido às altas taxas de crescimento anuais.

Mansour *et al.* (2010) destacam que os clientes muçulmanos mudariam para os bancos convencionais, porque hoje a “religião” não é o único critério de seleção importante ao se tomar decisões de investimento. Embora ambos os tipos estejam em competição uns com os outros, Gheeraert (2014) declara que ambos os tipos se complementam, levando a uma situação de mercado ideal. Prospectivamente, pesquisas futuras devem se concentrar em diretrizes regulatórias para gerenciar o rápido crescimento e a concorrência. Em muitas regiões do mundo, diretrizes uniformes, como Basileia III, são usadas para todo o setor bancário, que muitas vezes não são adotáveis para os bancos islâmicos (PERRY; REHMAN, 2011). É questionável se um sistema uniforme é útil para regular o setor islâmico e convencional como um todo (ARISS, 2010). Outra abordagem pode ser a regulamentação separada que visa focalizar peculiaridades como os princípios da *Sharia* subjacentes, bem como o perfil de risco e a estrutura de ativos dos diferentes tipos de bancos (PERRY; REHMAN, 2011). Em relação ao crescimento rápido, os autores examinam o desenvolvimento do sistema bancário islâmico na Europa. Como principalmente o Reino Unido desempenha um papel de liderança, será importante aplicar as lições aprendidas a outros países na Europa e complementar essas conclusões com ajustes regulatórios razoáveis. (Tabela 12).

**Tabela 12 - Tópicos futuros de pesquisa: Coexistência entre Bancos Islâmicos e Bancos Convencionais**

Principais tópicos identificados	Autores	Relevância*
Estrutura regulatória unificada versus individual	Ariss (2010) Perry e Rehman (2011) Gheeraert (2014)	++
Impacto da Competição	Hassan <i>et al.</i> (2008) Chong e Liu (2009) Mansour <i>et al.</i> (2010) Ariss (2010) Malik <i>et al.</i> (2011) Fang e Foucart (2013) Abedifar <i>et al.</i> (2014) Gheeraert (2014) Uppal e Mangla (2014)	++
Reino Unido: Um exemplo de sucesso?	Khan e Bhatti (2008) Mansour <i>et al.</i> (2010) Perry e Rehman (2011) Di Mauro <i>et al.</i> (2013)	+++

\* Relevância: +++ alta / ++ média / + baixa.

Fonte: autores (2018).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo forneceu uma visão atual sobre a pesquisa acerca de finanças e bancos islâmicos. Nesse contexto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, por meio da técnica de bibliometria, para definir tópicos importantes de pesquisa por meio de um processo de codificação bem validado. Entre os tópicos especificados, as áreas de pesquisa atuais são analisadas. Em um próximo passo, inconsistências e contradições dentro da literatura são discutidas. Dos resultados da revisão de literatura, futuras proposições de pesquisa são finalmente elaboradas. O artigo demonstra que já existe muita literatura sobre o sistema bancário islâmico, mas apenas uma pequena parte está representada nos principais periódicos até agora.

Com relação aos princípios da *Sharia*, o sistema bancário islâmico, com seus objetivos sociais e éticos subjacentes, é capaz de servir como uma alternativa ética dentro do setor bancário internacional. Por essa razão, considera-se necessário criar um conjunto estrito de regras que proíba a evasão dos princípios da *Sharia*. Um Conselho Independente deveria, por exemplo, monitorar essas regras e impor sanções em caso de violação. Apesar dos princípios éticos existentes, os bancos islâmicos devem incentivar o desenvolvimento adicional nessa área. Ao selecionar parceiros de negócios como alvos de financiamento e investimentos, as transações não conformes à *Sharia* são rejeitadas, mas, por exemplo, as preocupações ecológicas e ambientais ainda não são levadas em conta por conta desses bancos (MOHAMAD, 2014). O setor financeiro e os bancos islâmicos, com seus ideais religiosos e éticos em particular, devem, portanto, lutar por um desenvolvimento mais sustentável dentro do setor financeiro (RICHARDSON, 2008).

Os tópicos futuros de pesquisa em finanças islâmicas podem ser categorizados da seguinte maneira: i) melhoria do quadro regulamentar / implementação do órgão regulador; ii) conformidade com as regras da *Sharia*; iii) implementação holística de diretrizes éticas; iv) utilização de PLS (no lado de financiamento e investimento) / correspondência ou equilíbrio de seus vencimentos; v) análise dos derivativos e ferramentas de *hedge* islâmico; e vi) ocidentalização do sistema bancário islâmico.

Uma extensa literatura empírica surgiu na última década, investigando questões bancárias e financeiras islâmicas. O sistema bancário islâmico pode ajudar a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico. Atualmente, uma gama mais ampla de problemas está sendo analisada, incluindo o *link* entre o sistema bancário islâmico e o desenvolvimento econômico e financeiro, a difusão de Bancário islâmico, o papel dos supervisores de *Sharia*, questões de governança e responsabilidade social corporativa. Além disso, como muitas instituições islâmicas baseiam-se nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e como suas economias são principalmente impulsionados pelos preços do petróleo, pesquisas futuras poderiam investigar em qual medida tais fatores influenciam o desempenho e o risco dos bancos islâmicos. Adicionalmente, sugere-se que seja feita uma revisão bibliométrica, utilizando-se de outras bases de periódicos como, por exemplo, na plataforma multidisciplinar *Scopus*.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABDELSALAM, O., DUYGUN, M., MATALLÍN-SÁEZ, J. C.; TORTOSA-AUSINA, E. Do ethics imply persistence? The case of Islamic and socially responsible funds. *Journal of Banking & Finance*, v. 40, p. 182-194, 2014.
- AFONSO, M. H. F., SOUZA, J. V. de, ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN L. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo Proknow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 5, n. 2, p. 47-62, 2012.
- AHMED, A. Global financial crisis: an Islamic finance perspective. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.3, n. 4, p. 306-320, 2010.
- ARISS, R. T. Competitive conditions in Islamic and conventional banking: A global perspective. *Review of Financial Economics*, v. 19, n.3, p. 101-108, 2010.
- AZMAT, S.; SKULLY, M.; BROWN, K. The Shariah compliance challenge in Islamic bond markets. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 28, p. 47-57, 2014.
- AZMAT, S.; SKULLY, M.; BROWN, K. Can Islamic Banking Ever Become Islamic? *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 3, p. 34-51, 2015.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo (7ª ed.)*. Lisboa: Portugal LDA, 2009.
- BECK, T.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; MERROUCHE, O. (2013). Islamic vs. conventional banking: Business model, efficiency and stability. *Journal of Banking & Finance*, v. 37, n. 2, p. 433-447, 2013.
- BORTOLUZZI, S. C., ENSSLIN, S. R., ENSSLIN, L.; VALMORBIDA, S. M. I. A avaliação de desempenho em redes de pequenas e médias empresas: estado da arte para as delimitações postas pelo pesquisador. *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios*, v.4, n. 2, p. 202-222. 2011.
- BOURKHIS, K.; NABI, M. S. Islamic and conventional banks' soundness during the 2007–2008 financial crisis. *Review of Financial Economics*, v. 22, n. 2, p. 68-77, 2014.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *The SAGE Handbook of Qualitative Research (Vol. 4)*. London: SAGE Publications Ltd, v.4, p. 12-34, 2011.
- DI MAURO, F., CARISTI, P., COUDERC, S., DI MARIA, A., HO, L., GREWAL, B. K.; ZAHER, S. *Islamic Finance in Europe*, v.2, p. 143-154, 2013.

- DUSUKI, A. Understanding the objectives of Islamic banking: a survey of stakeholders' perspectives. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.1, n. 2, p. 132-148, 2008.
- DUSUKI, A.; ABDULLAH, N. Why do Malaysian customers patronise Islamic banks? *International Journal of Bank Marketing*, v. 25, n.3. p. 142-160, 2007.
- EL-HAWARY, D., GRAIS, W.; IQBAL, Z. Diversity in the regulation of Islamic Financial Institutions. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 46, n.5, p. 778-800, 2007.
- ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R.; LACERDA, R. T. O.; TASCA, J. E. ProKnow-C, Knowledge Development Process- Constructivist. 2010. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil, 2010.
- EY. *World Islamic Banking Competitiveness Report 2013–14*. 2014. Disponível em: <<http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/EY.pdf>> Acesso em 14 mai. 2018.
- FANG, E. S.; FOUCCART, R. Western Financial Agents and Islamic Ethics. *Journal of Business Ethics*, v. 123, n. 3, p. 475-491, 2013.
- GHANNADIAN, F. F.; GOSWAMI, G. Developing economy banking: the case of Islamic banks. *International Journal of Social Economics*, v. 31, n.8, p. 740-752, 2004.
- GHEERAERT, L. Does Islamic finance spur banking sector development? *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 103, p. 4-20, 2014.
- GINENA, K. Shari'ah risk and corporate governance of Islamic banks. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, v. 14, n. 1, p. 86-103, 2014.
- GODLEWSKI, C. J., TURK-ARISS, R.; WEILL, L. (2013). Sukuk vs. conventional bonds: A stock market perspective. *Journal of Comparative Economics*, v. 41, n.3, p. 745-761, 2013.
- HAMZA, H. Sharia governance in Islamic banks: effectiveness and supervision model. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.6, n.3, p. 226-237, 2013.
- HANIFFA, R.; HUDAIB, M. Exploring the Ethical Identity of Islamic Banks via Communication in Annual Reports. *Journal of Business Ethics*, v. 76, n. 1, p. 97-116, 2007.
- HASSAN, A.; CHACHI, A.; LATIFF, S. A. Islamic Marketing Ethics and its impact on customer satisfaction in the Islamic Banking industry. *Journal of Islamic Economics*, v. 21, n. 1, p. 23-40, 2008.
- HOSSAN; J; CHOWDHURY, M. Ethical issues as competitive advantage for bank management. *Humanomics*, v. 27, n. 2, p.109-120, 2011.
- IBRAHIM, M. H.; MIRAKHOR, A. Islamic finance: An overview. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 28, p. 2-6, 2014.
- JAWADI, F; W. LOUCHICHI. Conventional and Islamic stock price performance: An empirical investigation. *International Economics*, v. 137, p. 73-87, 2014.
- JOHNES, J.; IZZELDIN, M.; PAPPAS, V. A comparison of performance of Islamic and conventional banks 2004–2009. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 103, 93-107, 2014.
- KHAN, F. How 'Islamic' is Islamic Banking? *Journal of Economic Behavior & Organization*. 2010, v. 76, n. 3, p. 805- 820.
- KHAN, M.; BHATTI, I. Islamic banking and finance: on its way to globalization. *Managerial Finance*. 2008, v. 34, n. 10, p. 708-725, 2008.
- LAHRECH, N.; LAHRECH, A.; BOULAKSIL, Y. Transparency and performance in Islamic banking. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v.7, n. 1, p. 61-88, 2014.
- MALIK, M., MALIK, A.; MUSTAFA, W. Controversies that make Islamic banking controversial: An analysis of issues and challenges. *American Journal of Social and Management Sciences*, v.1, n.1, p. 41-46, 2011.
- MALLIN, C.; FARAG, H.; OW-YONG, K. Corporate social responsibility and financial performance in Islamic banks. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 103, p. 21-38, 2014.
- MANSOUR, W.; BEN ABDELHAMID, M.; MASOOD, O.; NIAZI, G. S. K. Islamic banking and customers' preferences: the case of the UK. *Qualitative Research in Financial Markets*, v.2, n. 3, p. 185-199, 2010.
- MASOOD, O.; ABDUL REHMAN, A.; MASOOD, O. Why do customers patronize Islamic banks? A case study of Pakistan. *Qualitative Research in Financial Markets*, v.4, n. 2, p. 130-141, 2012.
- MOHAMAD, S. Is Islamic Finance, Social Finance? *Journal of Emerging Economies and Islamic Research*, v. 2, n. 2, p. 87-109, 2014.
- MOHAMAD, S.; OTHMAN, J., ROSLIN, R.; LEHNER, O. M. The use of Islamic hedging instruments as non- speculative risk management tools. *Venture Capital*, v. 16, n. 3, p.207-226, 2014.
- MORAES, R. *Análise de Conteúdo*. Revista de Educação de Porto Alegre, n. 37, 1999.
- PALDI, C. Capital Adequacy, Liquidity, and Risk: Is Islamic Banking Too Expensive? *Journal of Finance and Bank Management*, v. 2, n. 2, p. 173-177, 2014.
- PAULET, E.; PARNAUDEAU, M.; RELANO, F. Banking with Ethics: Strategic Moves and Structural Changes of the Banking Industry in the Aftermath of the Subprime Mortgage Crisis. *Journal of Business Ethics*, v. 12, n. 33, p. 112-132, 2014.
- PERRY, F.; REHMAN, S. Globalization of Islamic Finance: Myth or Reality. *International Journal of Humanities and Social Science*. 2011, v. 1, n. 19, p. 107-119.
- RETHEL, L. Whose legitimacy? Islamic finance and the global financial order. -*Review of International Political Economy*. 2011, v. 18, p. 18(1), 75-98.

SIDDIQUI, A. Financial contracts, risk and performance of Islamic banking. *Managerial Finance*. 2008, v. 34, n. 10, p. 680-694.

SOUAIAIA, A. E. *Theories and Practices of Islamic Finance and Exchange Laws: Poverty of Interest*, 2014.

UPPAL, J.; MANGLA, I. Islamic Banking and Finance Revisited after Forty Years: Some Global Challenges. *Journal of Finance Issues*. 2014, v. 13, n. 1, p. 16-27.

---

\* É professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet). Ocupa o cargo de Coordenador - Geral do Orçamento na Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo. É doutor em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2018. É mestre em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2013; possui MBA em Finanças pela FIA (2010); possui MBA em IFRS pela FIPECAFI (2013); e é Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), 2007. É autor de artigos em revistas nacionais e internacionais sobre contabilidade e finanças islâmicas.

\*\* É professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É bacharel em Engenharia e em Administração de Empresas. É mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), 1985, e doutor em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), 2002, e parte pela *Univerty of Texas at Austin*. Doutorando em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é sócio da Tutóia Consultoria e sócio da LGM Consultoria e Repres. Ltda, sócio-diretor Sinalização e Arte Comunicação Visual Ltda, tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: Assimetria Informacional, Finanças Internacionais, Finanças Comportamentais.

---

BOIR6190---WIN/INTER

#IR6192#

[VOLTAR](#)

## DECISÕES ADMINISTRATIVAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

### **IRPJ E CSLL - LUCRO REAL - CUSTOS E DESPESAS COMPARTILHADOS - EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO - DEDUÇÃO - POSSIBILIDADE**

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 94, DE 25 DE MARÇO DE 2019**

Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

#### **LUCRO REAL. CUSTOS E DESPESAS COMPARTILHADOS ENTRE EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO. DEDUÇÃO. POSSIBILIDADE.**

É possível a concentração, em uma única empresa, do controle dos gastos referentes a departamentos de apoio administrativo centralizados, para posterior rateio dos custos e despesas administrativas comuns entre empresas que não a mantenedora da estrutura administrativa concentrada.

Para que os valores movimentados em razão do citado rateio de custos e despesas sejam dedutíveis na apuração do IRPJ, exige-se que correspondam a custos e despesas necessárias, normais e usuais, devidamente comprovadas e pagas; que sejam calculados com base em critérios de rateio razoáveis e objetivos, previamente ajustados, formalizados por instrumento firmado entre os intervenientes; que correspondam ao efetivo gasto de cada empresa e ao preço global pago pelos bens e serviços; que a empresa centralizadora da operação aproprie como despesa tão somente a parcela que lhe cabe de acordo com o critério de rateio, assim como devem proceder de forma idêntica as empresas descentralizadas beneficiárias dos bens e serviços, e contabilize as

parcelas a serem ressarcidas como direitos de créditos a recuperar; e, finalmente, que seja mantida escrituração destacada de todos os atos diretamente relacionados com o rateio das despesas administrativas.

Dispositivos Legais: *Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN), art. 123; Decreto nº 9.580, de 2018 (Regulamento do Imposto sobre a Renda - RIR/2018), arts. 265 e 311; Solução de Divergência Cosit nº 23, de 2013.*

Assunto : Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

#### **BASE DE CÁLCULO. CUSTOS E DESPESAS COMPARTILHADOS ENTRE EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO. DEDUÇÃO. POSSIBILIDADE.**

É possível a concentração, em uma única empresa, do controle dos gastos referentes a departamentos de apoio administrativo centralizados, para posterior rateio dos custos e despesas administrativas comuns entre empresas que não a mantenedora da estrutura administrativa concentrada.

Para que os valores movimentados em razão do citado rateio de custos e despesas sejam dedutíveis na apuração da CSLL, exige-se que correspondam a custos e despesas necessárias, normais e usuais, devidamente comprovadas e pagas; que sejam calculados com base em critérios de rateio razoáveis e objetivos, previamente ajustados, formalizados por instrumento firmado entre os intervenientes; que correspondam ao efetivo gasto de cada empresa e ao preço global pago pelos bens e serviços; que a empresa centralizadora da operação aproprie como despesa tão somente a parcela que lhe cabe de acordo com o critério de rateio, assim como devem proceder de forma idêntica as empresas descentralizadas beneficiárias dos bens e serviços, e contabilize as parcelas a serem ressarcidas como direitos de créditos a recuperar; e, finalmente, que seja mantida escrituração destacada de todos os atos diretamente relacionados com o rateio das despesas administrativas.

Dispositivos Legais: *Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN), art. 123; Lei nº 4.506, de 1964, art. 47; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 8º, caput; Lei nº 7.689, de 1988, art. 2º, § 1º, alínea "c"; Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, caput; Lei nº 12.973, de 2014, art. 50, § 1º; Decreto nº 9.580, de 2018 (Regulamento do Imposto sobre a Renda - RIR/2018), arts. 265 e 311; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 62, parágrafo único, e item 43 do Anexo I; Solução de Divergência Cosit nº 23, de 2013.*

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

(DOU, 29.03.2019)

BOIR6192---WIN/INTER

#IR6194#

[VOLTAR](#)

#### **ATIVIDADE RURAL - IRPJ - AVICULTURA DE POSTURA - DEFINIÇÃO**

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 73, DE 20 DE MARÇO DE 2019**

Assunto : Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

#### **EMENTA: ATIVIDADE RURAL. AVICULTURA DE POSTURA.**

A produção de ovos é considerada pela legislação tributária como atividade rural, ainda que nela sejam utilizadas máquinas para coleta, higienização, classificação e seleção dos mesmos, para fins de comercialização do produto final "in natura".

#### **INDUSTRIALIZAÇÃO. PRODUÇÃO DE RAÇÃO. DEPRECIÇÃO ACELERADA INCENTIVADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. INAPLICABILIDADE.**

A atividade de produção de ração para animais constitui industrialização. Portanto, as máquinas e equipamentos adquiridos pela pessoa jurídica rural, enquanto bens do seu ativo não circulante imobilizado para uso nessa atividade, não poderão ter o tratamento dispensado às atividades rurais.

Dispositivos Legais: *Lei nº 8.023, de 1990, arts. 1º e 2º, IV e V, com redação da Lei nº 9.250, de 1995; Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001, art. 6º; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI), art. 4º; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 248, 249, IV e VII, 250 e 260.*

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

(DOU, 29.03.2019)

BOIR6194---WIN/INTER